



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

17 de abril 2013



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 17/04/2013

Assunto: A difícil tarefa de garantir educação para os filhos

Página: 48

DIÁRIO CATARINENSE

INCLUSÃO

A difícil tarefa de garantir educação para os filhos

Amparada por leis, a inclusão de crianças e jovens com deficiência nas escolas esbarra em dificuldades para sair do papel

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Quando Lucas Rateke, 4 anos, chega à escolinha os amigos fazem a festa. O garoto também demonstra para os pais estar à vontade com o ambiente. É ele quem pega a mochila para ir ao colégio, até mesmo no sábado, dia em que não há aulas.

Mas para chegar à cena feliz e corriqueira para muitos, os pais do garoto, que tem síndrome de Down, tiveram que ouvir muitos não. Em Florianópolis, onde moram, foram quatro. O mais doído veio de uma escola tradicional que disse com todas as letras à mãe, Simone, que crianças com síndrome não eram aceitas.

O pai, Fabiano Rateke, relembra que as outras escolas, mesmo não negando a matrícula, colocaram barreiras para não aceitar a criança. Em duas foi o fato de Lucas usar fraldas e uma terceira exigiu que os pais contratassem uma professora auxiliar.

A legislação brasileira garante a todas as crianças o acesso à educação e torna obrigatória a matrícula a partir dos quatro anos – em lei sancionada no início de abril. Além disso, todas as escolas precisam aceitar estudantes com deficiência e garantir a estrutura necessária para o aprendizado deles.

A pedagoga da Apae Fabiana de



Os pais de Lucas, que tem síndrome de Down, tiveram que ouvir quatro não antes de conseguir uma vaga

Melo Giacomini Garcez explica que mesmo que o aluno com deficiência tenha menos de quatro anos a escola não pode recusá-lo. Outro problema observado é a escola particular pedir que a família contrate um professor auxiliar. De acordo com Fabiana, ele deve ser oferecido pela instituição.

Os pais de Lucas não desistiram

de garantir o direito à educação ao filho. A surpresa positiva veio com a escola Sabedoria Júnior, próxima de eles onde moram, no Bairro Carianos, que aceitou a matrícula de Lucas sem impor condições.

Vendo os progressos de Lucas, o pai prefere não depositar expectativas sobre o menino, que ainda pro-

nuncia algumas sílabas. Mas tem o sonho de ver o filho seguir estudando até, quem sabe, conquistar um diploma universitário, como outros portadores de Down já fizeram. Para ele, inclusão é um desafio com o qual se depara todos os dias.

julia.antunes@diario.com.br

Diário da
Redação

JÚLIA A. LORENÇO
Repórter de educação



É preciso ter mais qualidade

A educação para todos tem sido cada vez mais garantida por leis e decretos. Em termos quantitativos, assistimos a um salto numérico. Em cinco anos, as matrículas de crianças com deficiência na escola regular dobraram em SC. Mas quando saímos da discussão quantitativa e vamos para qualitativa, o que salta é a falta da infraestrutura necessária para o atendimento dos estudantes com deficiência e a batalha incessante de pais para garantir o direito dos filhos. A escola para esses alunos com deficiência é um importante espaço de convívio social, assim como para qualquer criança, mas também precisa ser um local de aprendizado, como é para qualquer criança. Acordar para qualidade também é urgente, mas, neste quesito, ainda estamos apenas despertando.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A LEGISLAÇÃO

O decreto 7.611 de novembro de 2011 apresenta aspectos sobre a educação especial, entre eles:

- garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades
- não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência
- oferta de apoio necessário com vistas a facilitar sua efetiva educação

Assegurar o acesso não é suficiente

Garantir a matrícula de Eliziane Carmem da Silveira, 15 anos, em uma escola foi fácil. Difícil foi fazer com que a menina tivesse o atendimento que precisava para a deficiência auditiva. A família fez tentativas em três colégios públicos. A garota conseguiu se adaptar na escola estadual Tenente Almachio, onde estuda na 8ª série, no Bairro Tapera, em Florianópolis.

Com o acesso à educação amparado pela legislação, as matrículas em Santa Catarina dobraram em cinco anos. Eram 9,5 mil em 2007 e no último Censo Escolar divulgado pelo Ministério da Educação, em 2011, somavam 18,3 mil. Mas garantir o acesso não basta. De acordo com a le-

gislação, a educação especial deve assegurar apoio e eliminar barreiras que impeçam o aprendizado.

Um destes apoios é o segundo professor, que deve ter formação em educação especial. No caso de Eliziane, o auxiliar estava garantido, mas apenas neste ano é que ela recebeu uma professora que fala a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Com a chegada da professora a mudança no aprendizado de Liz é comemorada pela mãe. Há poucos dias, pela primeira vez ela conseguiu assistir a uma aula inteira, sem se levantar e sair. Para Elizabete, é a prova de que faltava a comunicação entre aluno e professor.



Eliziane está mais concentrada depois da chegada da professora de Libras



> Baixe um leitor QR Code em seu celular, fotografe o código e confira o relato das famílias que têm dificuldades de garantir educação aos filhos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: AN.Joinville

Data: 17/04/2013

Assunto: Estado e município articulados

Página: 09

ANOTÍCIA

Educação

Estado e município articulados

Cerca de 200 participantes representando 55 conselhos e entidades ligados à educação participaram, ontem, da 2ª reunião do conselho estadual com os conselhos municipais de educação.

O evento ocorreu no anfiteatro do Bom Jesus/Ielusc e discutiu, entre outros assuntos, a articulação e a parceria entre os conselhos e os entes federados. Um dos objetivos é consolidar os sistemas municipais de ensino. "Devemos entender como cada um de nós pode contribuir para fazer a educação caminhar sempre para a frente", destacou o presidente do CEE/SC, Maurício Fernandes Pereira.

O secretário de Educação de Joinville, Roque Mattei, destacou a importância do evento para se discutir a colaboração e a integração dos conselhos com os órgãos do poder público. "Precisamos construir a educação em uma visão crescente e de melhoria contínua, nos preparando para um cenário de aumento da competição."

O professor Osmar Mattioli, da diretoria de articulação entre Estados e municípios, falou sobre a oferta de vagas para o ensino fundamental. Segundo ele, garantir vagas na rede para o ensino obrigatório dos 4 aos 17 anos é um dos maiores desafios da educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: A Notícia

Editoria: Opinião

Data: 17/04/2013

Assunto: Educação

Página: 29

A NOTÍCIA

Educação

Lendo o jornal "A Notícia" do dia 15 de abril, vi a carta de Marcelo Roberto Braga e gostaria de responder a ele: hoje, os educandos têm uma janela na internet com muitas novidades e conhecimentos, e os professores continuam escrevendo no quadro negro. O professor não consegue ou não quer levar os alunos para uma aula que possa vivenciar o

que é dado na sala de aula, nossos museus, a cidade etc. O professor precisa encontrar uma fórmula para incentivar os alunos a gostarem da escola, por isso esta acontecendo está onda de menores matando e roubando e a culpa é da sociedade e da escola. Vivemos numa democracia velada pela ditadura onde não podemos expressar nossa opinião, senão nos tornamos pessoa não grata, mas que democracia? Nós, como educadores, temos a obrigação de mostrar aos nossos educandos o Brasil, o qual nos apresenta hoje.

Ines Terezinha Azevedo
Joinville



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Moacir Pereira	Data: 17/04/2013
Assunto: Servidores protestam		Página: 12

DIÁRIO CATARINENSE

Servidores protestam

Sindicatos de servidores estaduais, liderados pelo Sintespe, participam hoje, às 14h, de assembleia em frente ao Centro Administrativo. Protestam pelo pagamento do reajuste anual ao funcionários previsto na lei estadual 15.695, criada pela atual gestão, e reivindicam atualização salarial. Apontam defasagem de 40% nos vencimentos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Vestibular e Educação	Data: 17/04/2013
Assunto: Para incluir ciências, Prova Brasil será aplicada em dois dias, diz Inep		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Para incluir ciências, Prova Brasil será aplicada em dois dias, diz Inep

Alunos terão português e matemática no primeiro dia e ciências no segundo. Detalhes sobre a prova de ciências devem ser definidos até 10 de maio.

Diferentemente dos anos anteriores, a edição de 2013 da Prova Brasil será aplicada em dois dias, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O motivo é a inclusão de questões de ciências na prova, confirmada pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, na semana passada. Antes a prova acontecia em um dia e tinha apenas questões de língua portuguesa e matemática.

A assessoria de imprensa do Inep afirmou que ainda não há uma previsão de quanto a aplicação da nova prova vai custar, mas disse que a Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb) pretende finalizar o "desenvolvimento do instrumento para a avaliação" até dia 10 de maio.

A estimativa da autarquia do MEC é que a prova da matéria tenha a mesma duração dos exames de português e matemática: duas horas. "Não poderá ser superior a este tempo", afirmou a assessoria de imprensa, em comunicado.

Outra proposição da Daeb é que a aplicação da prova com conteúdos de ciências seja censitária, e não amostral. Isso quer dizer que o mesmo público das demais provas devem fazer a de ciências.

Porém, Mercadante já afirmou que apenas os alunos do 9º ano do ensino fundamental e do 3º do ensino médio farão a prova de ciências. Os estudantes matriculados no 5º ano do ensino fundamental, portanto, só terão que responder a questões de língua portuguesa e matemática.

Ideb sem ciências

As questões da matéria não serão incluídas no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2013. De acordo com o Inep, a introdução de ciências na Prova Brasil é uma "estratégia de calibração da matriz para poder avançar nos cálculos do Ideb para 2015".

A Prova Brasil faz parte do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) e é aplicada a cada dois anos para crianças do 5º e 9º ano do fundamental e do 3º ano do ensino médio de redes públicas. Seu resultado é um dos valores usados para compor o Ideb. Até 2011, a prova avaliava o desempenho de estudantes em língua portuguesa e matemática. Com a inclusão de ciências, o sistema de avaliação se aproxima de avaliações internacionais como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês).

Segundo o Inep, em 2011 participaram da Prova Brasil 55.924 escolas públicas. Outras 3.392 escolas públicas e particulares participaram da parte amostral do Saeb, que é definida em sorteio.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Portal IG

Editoria: Educação

Data: 17/04/2013

Assunto: Sugestões para melhorar a correção da redação do Enem

Página: Online



SUGESTÕES PARA MELHORAR A CORREÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM

Prova dissertativa ainda é o principal motivo de críticas ao Exame Nacional do Ensino Médio

O esforço do MEC para melhorar a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) continua seguindo uma pauta reativa. A cada grande problema pautado pela sociedade anuncia-se uma nova solução. Claro que é bom o governo ter alguma sensibilidade para a opinião pública, mas seria bem melhor se conseguisse ser propositivo no aprimoramento do exame, impedisse erros tolos e tornasse o exame tão comum e rotineiro a ponto de permitir que a sociedade pudesse discutir melhorias mais profundas na prova e nas políticas educacionais que influencia.

Pouco depois de assumir o Ministério da Educação, Aloizio Mercadante anunciou centenas de pontos que deveriam ser acompanhados para que fossem reduzidas, ou eliminadas, injustiças relacionadas à prova. Mas só tratou de um com a imprensa: a redação. Um ano depois e, mesmo sendo a prioridade do governo, a prova ainda é o principal motivo de críticas ao Enem.

O governo anunciou de forma 'fatiada', algumas mudanças para a redação no próximo ano. Os corretores recebem uma nota pelo seu desempenho na análise e ranqueamento dos textos. Essa nota é uma relação entre as notas que os alunos recebem entre um corretor e outro. Quanto mais próxima as notas entre diferentes corretores, maior a nota do corretor.

Para facilitar o entendimento, e simplificando esse sistema, imagine que você é um corretor. Cada redação que você analisou será corrigida, também, por pelo menos mais um corretor. Se todas as correções tiverem notas próximas de seus pares corretores, sua nota será 10. Se todas tiverem notas distantes, será 0.

No último Enem o MEC retirava do sistema de correção somente aqueles que ficassem com nota menor que 5. Essa tolerância com a diferença de notas entre os corretores era muito grande, principalmente se considerarmos que o Enem tem um manual e um treinamento claro de como deve ser ranqueado cada tipo de texto. A partir de 2013, o MEC vai tirar da correção quem tiver nota menor que 7.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Também serão zeradas as redações que tiverem 'deboches'. Acabou a farra das receitas de macarrão e dos hinos de times. No último ano essas redações recebiam notas por causa da pressão do MEC para que as redações não fossem zeradas e porque o corretor que zerasse uma nota corria grande risco de ter sua própria nota rebaixada. Agora terá uma categoria exclusiva, com local para que o corretor indique, para este tipo de texto. Ninguém mais correrá risco de ter sua nota rebaixada por zerar (na verdade desclassificar) esses textos.

E, absurdamente, quem tirar nota 1000 vai ganhar do MEC a chance de ir para uma banca com vários corretores e correr o risco ter sua nota rebaixada. A decisão fará com que corretores sintam-se inibidos de dar nota 1000 para boas redações e que alunos tenham que torcer para que sua redação receba 920,940, 960 ou 980 pontos, e não 1000, sob o risco iminente de ter sua nota diminuída por uma banca.

Já que o MEC tem anunciado aos poucos as mudanças na correção da redação, deixo aqui algumas propostas para o MEC e Inep:

- Menos redações por corretor - ganhando cerca de 2 reais pela correção de cada redação e corrigindo milhares de redações, com pouco tempo para cada uma, fica muito diferente o critério do corretor nos primeiros e nos últimos dias de trabalho. Pagar mais por redação, dar mais tempo de correção e monitorar se o corretor está utilizando este tempo para o trabalho deixa a análise menos subjetiva. Fontes do MEC dizem que hoje os corretores tentem a dar notas maiores nos últimos dias de correção, quando estão mais cansados.

- Mais corretores por redação - hoje a redação passa por dois corretores, e só vai para um terceiro se tiver grande diferença em suas avaliações. Aumentar o número para 4 (um número bom), ou 5 (um número ótimo) corretores mínimos para toda redação diminui muito, probabilisticamente, a injustiça com bons textos.

- Diminuir os limites para a redação ir para a banca - Hoje uma redação precisa ter uma diferença entre os corretores de 120 pontos em uma competência (com nota máxima de 200) para poder ir para um terceiro corretor e depois para uma banca. É uma diferença muito grande. Uma diferença de 80 pontos em uma competência já é mais do que suficiente para saber que ela foi corrigida com padrões diferentes pelos corretores (a nota aumenta de 40 em 40 pontos).

- Usar a TRI para a Redação - A TRI está aí pra ser usada, principalmente onde é mais necessária. Com a tecnologia de TRI, que o MEC diz dominar bem, apesar de não abrir os dados variáveis para que a sociedade saiba como foram calculadas as notas das provas objetivas, dá pra melhorar muito a correção a nota da redação.

É muito simples. É só o MEC colocar nos malotes virtuais redações padronizadas para as notas 200, 400, 600, 800 e 1000. Fazendo isso, e utilizando a TRI, o MEC poderia atribuir notas relacionais. O aluno não ficaria com a nota absoluta recebida pelos corretores, mas sim com notas que fossem a relação entre a nota dada pelos corretores



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

à sua redação, às redações padrões e ao comportamento do conjunto de corretores em relação ao conjunto de redações.

- Divulgar padrões esperados das redações - alguns lugares do mundo divulgam uma espécie de 'gabarito' da redação. Trata-se de um texto, pós-prova, que indica qual era a expectativa da banca em relação à proposta de texto apresentada. Serve, também, como uma referencia para os corretores.

O Enem já divulga, desde o ano passado, um manual que tem muito claro como será corrigido o texto. Mas isso não resolve problemas de como saber o que seria uma 'proposta inovadora' ou se o aluno 'respeitou os direitos humanos'. Com a utilização de redações padrão para orientar as notas das provas e a divulgação dessas redações, a sociedade teria mais claro quais as expectativas do MEC para os textos dos alunos.

- Cumprir TAC (Termo de Ajuste de Conduta) - O TAC que o MEC assinou com o Ministério Público trazia o compromisso de que os alunos teriam acesso aos espelhos de correção da redação. O MEC não fez isso. O que ele fez foi divulgar, para cada aluno, a média da nota entre os corretores. Precisa ter coragem de divulgar os verdadeiros espelhos e expor para o debate da sociedade possíveis contradições neste modelo de correção.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: UOL	Editoria: Educação	Data: 17/04/2013
Assunto: Copa das confederações: 15 redes estaduais terão aula normalmente		Página: Online

UOL EDUCAÇÃO

Copa das Confederações: 15 redes estaduais terão aula normalmente

Durante a Copa das Confederações, que será realizada em junho, no Brasil, alunos de pelo menos 15 redes estaduais de educação terão aulas normalmente, inclusive nos dias de jogos do Brasil. Com relação à Copa do Mundo de 2014, que também será realizada no país, apenas três Estados já se posicionaram e informaram que irão paralisar as atividades nos jogos da seleção brasileira.

O levantamento foi feito pelo UOL junto com as secretarias de educação de todos os Estados brasileiros. Das 27 secretarias estaduais procuradas pela reportagem desde o final de março, apenas cinco não responderam aos questionamentos: Amapá, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Amazonas.

As seguintes unidades da federação irão sediar jogos das duas competições: Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Rio de Janeiro. Já Amazonas, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná e Mato Grosso terão jogos apenas da Copa do Mundo.

Copa das Confederações

A Copa das Confederações será realizada entre os dias 15 e 30 de junho, com jogos às 13h, 16h e 19h.

Mesmo com a proximidade da competição, Estados como Ceará, Pará e Paraíba ainda não sabem informar se haverá aula ou não nos dias de jogos. O Pará estuda suspender as atividades escolares nos dias em que a seleção brasileira entrar em campo.

Os alunos das rede estadual de Sergipe serão dispensados nos jogos do Brasil. Em Minas Gerais, os estudantes não terão aulas nos dias de jogos no Estado. No Tocantins e em Alagoas, cada escola poderá decidir se dispensa os estudantes ou não.

Na Bahia, o recesso do meio de ano será entre os dias 22 de junho e 2 de julho, sendo assim, os alunos estarão de férias no final da competição. Antes do recesso, porém, os estudantes não serão dispensados nos dias de jogos.

Funcionamento das redes estaduais durante eventos esportivos

UF	Copa das Confederações	Copa do Mundo	Sede
AC	Aula normal	Planejam férias de 30 dias durante o evento	Não
AL	Escolas poderão suspender aulas nos jogos do Brasil	Calendário ainda não foi definido	Não



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AM	Sem resposta	Sem resposta	Copa do Mundo
AP	Sem resposta	Sem resposta	Não
BA	Aula normal (recesso a partir de 22/6)	Calendário ainda não foi definido	Copa das Confederações e Copa do Mundo
CE	Ainda não foi definido se haverá aula	Calendário ainda não foi definido	Copa das Confederações e Copa do Mundo
DF	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Copa das Confederações e Copa do Mundo
ES	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Não
GO	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Não
MA	Aula normal (podem ser feitos ajustes, mas sem interferir no calendário escolar)	Calendário ainda não foi definido	Não
MG	Não haverá aulas nos dias de jogos no Estado	Calendário ainda não foi definido	Copa das Confederações e Copa do Mundo
MS	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Não
MT	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Copa do Mundo
PA	Estuda suspender aulas nos dias de jogos do Brasil	Estuda suspender aulas nos dias de jogos da seleção brasileira	Não
PB	Ainda não foi definido se haverá aula	Não haverá aulas nos dias de jogos do Brasil	Não
PE	Sem resposta	Sem resposta	Copa das Confederações e Copa do Mundo
PI	Sem resposta	Sem resposta	Não
PR	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Copa do Mundo
RJ	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Copa das Confederações e Copa do Mundo
RN	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Copa do Mundo
RO	Sem resposta	Sem resposta	Não
RR	Aula normal	Estuda antecipar o início das aulas e o recesso escolar	Não
RS	Aula normal	Calendário ainda não foi definido (as escolas poderão instalar telões em suas dependências, reduzir o horário ou suspender as aulas)	Copa do Mundo
SC	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Não
SE	Não haverá aulas nos dias de jogo do Brasil	Não haverá aulas nos dias de jogo do Brasil	Não
SP	Aula normal	Calendário ainda não foi definido	Copa do Mundo
TO	Decisão de cada escola	Calendário ainda não foi definido	Não

Copa do Mundo

A Lei Geral da Copa definiu que todas as escolas deveriam dar férias aos alunos durante os 31 dias de jogos, entre 12 de junho e 13 de julho de 2014. O texto gerou polêmica, pois, segundo o



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CNE (Conselho Nacional de Educação), ficaria difícil para as redes cumprirem os 200 dias letivos previstos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Em março deste ano, o MEC (Ministério da Educação) publicou uma portaria em que recomenda que as redes ajustem o calendário de aula durante o período do evento, especialmente nos locais que terão jogos, mas sem a obrigação de parar as atividades durante toda a competição.

Até agora, apenas o Acre decidiu dar férias para os alunos durante os jogos. Segundo o diretor de ensino da secretaria de educação e esporte, Josenir Calixto, o planejamento do órgão é de dar férias de 30 dias para os alunos no período da Copa do Mundo.

Paraíba e Sergipe irão suspender as aulas nos dias de jogos da seleção brasileira.

No Pará, a secretaria informou que estuda a possibilidade de suspender as aulas nos jogos do Brasil. O Estado de Roraima avalia a possibilidade de antecipar o início das aulas e o recesso escolar.

A secretaria de educação do Rio Grande do Sul informou que nos dias de jogos do Brasil e jogos no Estado as escolas poderão instalar telões em suas dependências, reduzir o horário ou suspender as aulas. O Tocantins também estuda uma programação diferenciada nas escolas durante os jogos ou a interrupção das aulas, de acordo com a decisão de cada gestor.

Os outros Estados ainda não definiram qual será o funcionamento das escolas durante a competição mundial. Segundo a maioria das secretarias de educação ouvidas pelo UOL, o calendário de 2014 será elaborado a partir da metade deste ano ou do começo do ano que vem. Os órgãos também ressaltam que todas as aulas que forem suspensas por conta da competição serão repostas.